

XXXV Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios –

SECOFEM

Fortaleza/CE

De 9 a 13 de novembro de 2026

EDITAL nº 35/2026

Modalidade: Presencial

1. OBJETIVO.

Atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em Demonstrativos Fiscais e outros assuntos afins no âmbito federal, estadual e municipal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos, tais como o uso da Informação de Custos, Operações de Crédito, Transferências Voluntárias, Convergências aos Padrões Internacionais da Contabilidade Pública, Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, Matriz de Saldos Contábeis, entre outros.

2. METODOLOGIA.

As atividades serão desenvolvidas por meio de palestras, aulas expositivas e debates, com espaço para discussões, esclarecimento de dúvidas e interação entre os participantes e os palestrantes.

3. PÚBLICO-ALVO.

Servidores e/ou Gestores Públicos da União, dos estados, municípios e Tribunais de Contas que atuam em rotinas de Contabilidade e Responsabilidade Fiscal; profissionais que utilizam a contabilidade aplicada ao setor público, além de Governadores, Prefeitos, Controladores, Secretários, Procuradores, Conselheiros de Tribunais de Contas e demais autoridades interessadas, bem como os gestores envolvidos na temática.

4. ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E APOIO.

4.1 Idealização e realização

- Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e

- Conselho Federal de Contabilidade – CFC;

4.2 Organização

- Fundação Brasileira de Contabilidade - FBC

4.3 Apoiadores

- Conselho Regional de Contabilidade do Ceará – CRCCE; e
- Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE.

O evento será realizado nas dependências do Centro Universitário 7 de setembro (UNI7), conforme Termo de Cessão de Uso celebrado entre o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE) e a UNI7, sem ônus para a Administração Pública.

A escolha do local fundamenta-se nos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, considerando a adequada infraestrutura física, a capacidade de atendimento ao público estimado, a localização estratégica e a inexistência de custos de locação. A utilização do espaço contribui para a otimização dos recursos públicos, assegurando a realização do evento em ambiente compatível com suas necessidades operacionais, com qualidade, eficiência e a melhor relação custo-benefício para a Administração.

5. PERÍODO E LOCAL.

Este Edital refere-se exclusivamente à **XXXV Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (SECOFEM)**, a ser realizada em Fortaleza/CE, conforme as informações constantes no **Quadro I**.

No período da manhã do dia 9 de novembro de 2026, será realizada a cerimônia de abertura e a palestra magna nas dependências do **Centro Universitário 7 de setembro - UNI7**, Teatro do Bloco A – 5º andar, mesmo local destinado às aulas da SECOFEM.

QUADRO I

EVENTO	CIDADE/UF	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	Nº DE VAGAS
Abertura	Fortaleza/CE	9 de novembro de 2026	Centro Universitário 7 de setembro – UNI7 – Av. Almirante Maximiniano da Fonseca, 1395 – Engo. Luciano Cavalcante - Teatro do Bloco A – 5º andar	680

Oficinas	Fortaleza/CE	De 9 a 13 de novembro de 2026	Centro Universitário 7 de setembro – UNI7 - Av. Almirante Maximiniano da Fonseca, 1395 – Engo. Luciano Cavalcante Bloco A	680
----------	--------------	-------------------------------	---	-----

Nota: O local de realização poderá sofrer alterações a critério dos organizadores.

5.1 Local da Abertura/Oficinas

Instituição: Centro Universitário 7 de setembro – UNI7

Endereço: Av. Almirante Maximiniano da Fonseca, 1395 – Engenheiro Luciano Cavalcante

CEP: 60.811-020 - Fortaleza - CE

Abertura da XXXV SECOFEM

- Teatro do Bloco A – 5º andar – presencial.
- Auditório do Bloco A – 2º andar – transmissão simultânea.

Salas das Oficinas:

- Bloco A: 2º andar – auditório;
- Bloco A: 4º andar – salas 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49;
- Bloco A: 5º andar - auditório.

Secretaria e Credenciamento: Bloco A - 5º andar – sala 01

Sala dos Professores: Bloco A - 5º andar – sala 02

Horário de Realização:

Todos os horários constantes da programação deste Edital têm como referência o horário oficial de Brasília/DF.

6. INSCRIÇÃO.

As informações referentes às inscrições, acesso, login e demais orientações estão disponíveis no **site da Secretaria do Tesouro Nacional – STN** [XXXV SECOFEM Presencial Fortaleza - CE \(de 9 a 13 de novembro de 2026\)](#).

O período de inscrições será de **17 a 30 de setembro de 2026**, ou até o preenchimento total das vagas disponíveis.

Antes de efetuar a inscrição, o participante deverá conferir e, se necessário, atualizar seus dados cadastrais no sistema.

O participante que necessitar de atendimento especializado ou de recursos de acessibilidade deverá encaminhar solicitação para o *e-mail* secofem3@fbc.org.br, informando suas necessidades específicas, a fim de possibilitar a adoção das providências necessárias ao seu atendimento.

Ao efetuar a inscrição, o participante declara estar ciente e concordar com o tratamento de seus dados pessoais para as finalidades relacionadas à gestão, organização, execução e certificação do evento, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

O participante deverá inscrever-se em uma programação correspondente à carga horária mínima de **35 (trinta e cinco) horas**, equivalente à participação em uma semana completa de capacitação, não sendo permitidas inscrições parciais em módulos.

Será admitida ausência de até **4 (quatro) horas** durante a programação do evento. O participante que ultrapassar esse limite poderá não atender aos requisitos para certificação.

O participante que ingressar em qualquer módulo com atraso superior a **15 (quinze) minutos** poderá perder a vaga previamente selecionada, ficando sujeito ao remanejamento para outro módulo, conforme a disponibilidade de vagas.

Na hipótese de cancelamento ou não realização do evento, a Administração Pública não se responsabilizará pelo reembolso de despesas eventualmente realizadas pelos participantes, tais como passagens, hospedagem, alimentação, diárias ou quaisquer outros custos decorrentes de sua participação.

Em conformidade com o artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, o participante poderá solicitar o cancelamento da inscrição no prazo de 7 (sete) dias após a confirmação, com reembolso integral do valor pago.

Na hipótese de cancelamento ou não realização do evento, os valores efetivamente pagos a título de inscrição serão restituídos pela Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC, conforme consta no Termo de Aceite da plataforma de inscrições. Não serão objeto de ressarcimento despesas pessoais com passagens, hospedagem, alimentação, diárias ou similares.

7. TAXA DE PARTICIPAÇÃO.

Valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Destaca-se que a taxa de inscrição, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por participante, será cobrada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por intermédio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), entidade responsável pela operacionalização das inscrições e pela gestão dos recursos arrecadados, destinados ao custeio das despesas operacionais relacionadas à realização do evento.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não realizará a arrecadação, a gestão ou a execução financeira dos recursos provenientes da taxa de inscrição, não lhe cabendo qualquer responsabilidade pela sua administração.

Na hipótese de cancelamento ou não realização do evento, a Secretaria do Tesouro Nacional também não se responsabilizará pelo reembolso da taxa de inscrição, de despesas eventualmente realizadas pelos participantes, tais como passagens, hospedagem, alimentação, diárias ou quaisquer outros custos decorrentes de sua não participação.

8. MATERIAL DIDÁTICO.

Não serão fornecidas cópias impressas das apresentações utilizadas nos módulos, tampouco material para anotações.

As apresentações serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no endereço: **SECOFEM — Tesouro Nacional** ([XXXV SECOFEM Presencial Fortaleza - CE \(de 9 a 13 de novembro de 2026\).](#)).

9. PROGRAMAÇÃO.

O horário de início e término da SECOFEM poderá sofrer ajustes, conforme as condições e especificidades da localidade de realização do evento.

SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
9 de novembro de 2026	10 de novembro de 2026	11 de novembro de 2026	12 de novembro de 2026	13 de novembro de 2026
Credenciamento Das 8h30 às 9h30 Abertura e Palestra Magna Das 9h30 às 11h30	Das 8h às 12h	Das 8h às 12h	Das 8h às 12h	Das 8h às 12h
Das 13h30 às 17h30	Das 13h30 às 17h30	Das 13h30 às 17h30	Das 13h30 às 17h30	Retorno

Nota: Número total de horas de treinamento: 35 horas.

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO: Dia 9 de novembro
Das 8h30 às 9h30	Credenciamento
Das 9h30 às 11h30	Abertura e Palestra Magna – Reforma Tributária: Impactos Contábeis, Orçamentários e Financeiros
ALMOÇO	
Das 13h30 às 17h30	Oficinas

10. MÓDULOS OFERTADOS NA SECOFEM.

A matriz da XXXV SECOFEM – Fortaleza - CE é composta por 39 (trinta e nove) módulos, conforme Quadro II abaixo, sendo que para esta edição de Fortaleza (CE) serão ofertados 37 módulos.

Os módulos poderão ser cancelados caso não seja atingido o quantitativo mínimo de 10 (dez) participantes por módulo.

Obs.: Os participantes inscritos no seguinte módulo deverão levar **notebook pessoal** para acompanhamento do sistema na aula:

Módulo 21 – CAUC: Facilitando a Celebração de Convênios.

QUADRO II

Nº	MÓDULOS	CARGA HORÁRIA
	Palestra Magna	3h
1	Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO.	4h
2	Fontes ou Destinação de Recursos e Emendas Parlamentares.	4h
3	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.	4h
4	Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) – I.	4h
5	Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) - II.	4h
6	Benefícios Sociais e Instrumentos Financeiros.	4h
7	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.	4h
8	Notas Explicativas.	4h
9	Princípios de Auditoria Financeira e sua Aplicação tendo como Critérios as Normas Contábeis e Fiscais Brasileiras.	4h
10	Contabilização dos RPPS.	4h
11	Procedimentos Contábeis Específicos - Consórcios Públicos.	4h
12	NBC TSP Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Panorama Geral e Elementos das Demonstrações Contábeis.	4h
13	Custos de Empréstimos e Operações de Crédito.	4h
14	Padrões Contábeis Internacionais Aplicados ao Setor Público.	4h

15	Demonstrativos Fiscais com Foco em Mapeamentos.	4h
16	Despesa com Pessoal.	4h
17	Dívida Pública e Resultados Fiscais.	4h
18	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – (Partes I e II) Carga horária total: 8h.	8h
19	SICONFI e a Matriz de Saldos Contábeis – MSC.	4h
20	<i>Ranking</i> da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal e utilização de dados do Siconfi.	4h
21	CAUC – Facilitando a Celebração de Convênios.	4h
22	Módulo não ofertado nesta edição da Secofem.	
23	Módulo não ofertado nesta edição da Secofem.	
24	Transferências Discricionárias da União – Normas e Informações Gerais.	4h
25	Custos no Setor Público: NBC TSP 34 e Sistema de Custos do Governo Federal.	4h
26	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE (Partes I e II) Carga horária total 8h.	8h
27	Execução Orçamentária e Financeira.	4h
28	Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.	4h
29	EFD-Reinf com Foco nas Retenções da IN RFB nº 1234/2012.	4h
30	Investimentos Permanentes.	4h
31	Receita Orçamentária e Patrimonial.	4h
32	Planejamento e Orçamento Público: PPA, LDO, LOA, Emendas Parlamentares com os Tribunais de Contas.	4h
33	Aspectos relevantes sobre a contabilização da carteira de investimentos do RPPS.	4h
34	Contabilização das medidas de equacionamento de déficit atuarial.	4h
35	Análise de Capacidade de Pagamento – CAPAG.	4h
36	Licitações e Contratos.	4h
37	Novo Modelo de Prestação de Contas de Gestão: IN nº 01/2025.	4h
38	Controle Interno – Aspectos práticos.	4h
39	Tópicos Contemporâneos de Planejamento Governamental.	4h

11. CERTIFICADOS.

Os certificados serão emitidos em formato eletrônico e disponibilizados aos participantes no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após o término da XXXV Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (SECOFEM), desde que atendidos os critérios de frequência estabelecidos neste Edital.

A frequência dos participantes será aferida por meio de registro de presença realizado nos **primeiros 15 minutos** de cada módulo.

Somente fará *jus* ao certificado o participante que atender aos critérios de frequência estabelecidos neste Edital.

12. EMENTAS DOS MÓDULOS.

Módulo 1 – Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO - 4h.

Conteúdo:

1. Receita Orçamentária: Classificação, Registro e Demais Procedimentos; e
2. Despesa Orçamentária: Classificação, Etapas, Restos a Pagar, contabilização e classificação de despesas relativas a repasses para o terceiro setor, e Demais Procedimentos.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 2 – Fontes ou Destinação de Recursos e Emendas Parlamentares – 4h.

Conteúdo:

1. Classificação por Fontes ou Destinação de Recursos: Aspectos Conceituais e Normativos Relacionados: Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23/2/2021; Portaria STN nº 710, de 25/2/2021. Classificação por Fontes ou Destinação de Recursos: Nova Estrutura de Codificação Padronizada e Mecanismo de Funcionamento; Dúvidas Frequentes; e
2. Registros Orçamentários Relacionados às Transferências de Recursos da União, inclusive orientações técnicas necessárias à implementação da codificação contábil padronizada para fins de identificação das emendas parlamentares instituída pela Portaria STN/MF nº. 636/2026 (ADPF 854/DF).

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO e Notas Técnicas recentes publicadas pela STN. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 3 – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – 4h.

Conteúdo:

1. Aspectos Gerais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Registro Contábil;
2. Estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;
3. Consolidação.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 4 – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) – I – 4h.**Conteúdo:**

1. Mensuração de Ativos;
2. Ativo Imobilizado;
3. Ativo Intangível;
4. Depreciação, Amortização e Exaustão; e
5. Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 5 – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) – II – 4h.**Conteúdo:**

1. Caixa e Equivalentes de Caixa;
2. Propriedade para Investimento;
3. Estoques;
4. Receita de Transação sem Contraprestação;
5. Receita de Transação com Contraprestação;
6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e
7. Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 6 – Benefícios Sociais e Instrumentos Financeiros – 4h.**Conteúdo:**

1. Instrumentos Financeiros – Novo Capítulo;
2. Benefícios Sociais – Novo Capítulo; e
3. Síntese de alterações.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 7 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP – 4h.**Conteúdo:**

1. Introdução;

2. Análise de Balancete e Principais Indicadores de Análise dos Demonstrativos;
3. Balanço Orçamentário;
4. Balanço Financeiro;
5. Demonstração das Variações Patrimoniais;
6. Balanço Patrimonial;
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
8. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido; e
9. Consolidação das Demonstrações Contábeis.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 8 – Notas Explicativas – 4h.

Conteúdo:

1. Fundamentos Teóricos e Normativos;
2. Estratégias de Divulgação; e
3. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Material de Estudo:

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T SP. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>.

IPSASB - International Public Sector Accounting Standards Board. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. 2022 Edition. Volumes I, II and III. Disponível em: <https://www.ipsasb.org/publications/2022-handbook-international-publicsector-accounting-pronouncements>.

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. Brasília: STN, 2021.

Disponível em: sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 9 – Princípios de Auditoria Financeira e sua Aplicação, tendo como Critérios as Normas Contábeis e Fiscais Brasileiras – 4h.

Conteúdo:

1. Introdução à Auditoria Financeira no Setor Público: Importância e Benefícios da Auditoria Financeira em Ambiente Governamental; Competência dos Tribunais De Contas;
2. Para a Realização de Auditorias Financeiras; Conceito e Objetivo segundo a ISSAI 200; Asseguração Razoável e Limitada; Três Partes do Processo de Auditoria; Critérios; Afirmações em Demonstrações Financeiras; Distorções e Comunicação Tempestiva.
3. Normas e padrões gerais: Normas da INTOSSAI (ISSAI 200, ISSAI 2.000 e GUID 2.900); Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP; NBC TASP (Resolução CFC 1.601/20);

4. Planejamento da Auditoria: Análise Preliminar do Objeto de Auditoria (Obtenção de Entendimento da Entidade Auditada: Níveis Geral/das demonstrações e Específico/das Afirmações); Identificação dos Critérios (NBC TSP, MCASP, MDF, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00 e outras); Definição da Materialidade; Estratégia Global e Plano de Auditoria; Risco Inerente, Risco de Controle, Risco de Distorção Relevante (Risco Residual) e Risco de Detecção; Identificação dos Riscos de Distorção Relevante (sugerido passo a passo); Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante; Estabelecendo Procedimentos em Respostas aos Riscos (Matriz de Planejamento);
5. Execução da Auditoria: Componentes do Achado; Testes Substantivos e de Controle; Técnicas de Auditoria; Principais Técnicas Utilizadas em Auditoria Financeira; Evidências de Auditoria; Causas; Efeitos; Encaminhamentos e Matriz de Achados; e
6. Padrões de Relatórios: Tipos de Opinião de Auditoria (Não Modificada e Modificada); Avaliação dos Efeitos das Distorções não Corrigidas; Aspectos Gerais do Relatório de Auditoria; Estrutura e Conteúdo.

Material de Estudo:

NBC TASP (emitidas pelo CFC e recepcionadas no setor público pela Resolução CFC nº 1.601/20).

Módulo 10 – Contabilização dos RPPS – 4h.**Conteúdo:**

1. Aspecto Normativo e Conceitual: Apresentação dos Principais Aspectos Normativos e Conceituais Inerentes à Contabilidade da Unidade Gestora do RPPS:
 - a. NBC TSP 15 e a IPC 14;
 - b. Legislação Brasileira Aplicável; e
 - c. Aspectos Conceituais dos RPPSs.
2. Tratamento Contábil dos Ativos e Passivos do RPPS: Apresentação das Principais Regras e Rotinas Contábeis Quanto à Gestão dos Ativos e Passivos e o Reconhecimento das Receitas e Despesas Orçamentárias no RPPS.
3. Caixa e Equivalente a Caixa;
4. Investimentos;
5. Créditos a Receber;
6. Benefícios a Pagar;
7. Cobertura do Déficit;
8. Provisões Matemáticas;
9. Taxa de Administração.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos;

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045 e

IPC 14: Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPSs.

Módulo 11 – Procedimentos Contábeis Específicos - Consórcios Públicos – 4h.

Conteúdo:

Fundamentos Fiscais e de Contabilidade Aplicada ao Setor Público dos Consórcios Públicos.

1. Aspectos Legais e Regulamentares sobre os Consórcios Públicos;
2. Legislação Aplicável;
3. A Responsabilidade Fiscal na Gestão Associada;
4. Procedimentos Contábeis Orçamentários e Patrimoniais dos Entes Consorciados;
5. Prestação de Contas. Penalidades e Prazos.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição – Parte III e Portaria nº 72, de 1º de fevereiro de 2012.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 12 – NBC TSP – Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Panorama Geral e Elementos das Demonstrações Contábeis – 4h.**Conteúdo:**

1. Contextualização e Histórico;
2. Aspectos Introdutórios e Gerais;
3. As Características Qualitativas e a Evidenciação da Informação Contábil;
4. Reconhecimento e Mensuração dos Elementos das Demonstrações Contábeis;
5. Mensuração dos Elementos (Conceitos, Objetivos, Base em Valores de Entrada e Saída, Incerteza quanto à Mensuração);
6. Conceitos;
7. Reconhecimentos nas Demonstrações Contábeis.

Material de Estudo: – sem informação**Módulo 13 – Custos de Empréstimos e Operações de Crédito – 4h.****Conteúdo:**

1. Aspectos Normativos e Conceituais das Operações de Crédito.
 - a. Aspectos Normativos;
 - b. Aspectos Conceituais; e
 - c. Operações Vedadas.
2. Tipos de Operações de Créditos:
 - a. Aquisição Financiada de Bens;
 - b. Arrendamento Mercantil;
 - c. Mútuo Financeiro; e
 - d. Derivativos Financeiros.
3. Aspectos Contábeis Envolvendo as Operações de Crédito.
4. Custos dos Empréstimos:
 - a. Definições; e
 - b. Reconhecimento.
 - Tratamento Padrão,

- Tratamento Alternativo.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição - Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP.
sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 14 – Padrões Contábeis Internacionais Aplicados ao Setor Público – 4h.

Conteúdo:

1. Breve Histórico sobre a Normatização Internacional;
2. Harmonização x Padronização;
3. Processo de Convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos Padrões Contábeis Internacionais;
4. Conhecendo a Produção Internacional de Normas;
5. Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público;
6. Visão Geral da Estrutura das IPSAS;
7. Visão Geral das Normas Convergidas no Brasil – NBC TSP;
8. Contexto Normativo no Brasil (NBC TSP, MCASP, Legislações Nacionais);
9. Desafios e Pontos de Atenção na Implementação;
10. Processo Atual da Convergência e Próximos Passos.

Material de Estudo:

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T SP. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. NBC TSP – do Setor Público. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

IPSASB - *International Public Sector Accounting Standards Board. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. 2022 Edition Volumes I, II and III.*

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. Brasília: STN, 2021.

sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045.

Bibliografia Complementar

International Public Sector Accounting Standards Board.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Comitê Permanente para Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CPCASP). <https://cfc.org.br/cp-casp/>.

Módulo 15 – Demonstrativos Fiscais com foco em Mapeamentos – 4h.

Conteúdo:

1. Aspectos Introdutórios: Histórico dos Mapeamentos dos Demonstrativos Fiscais, Premissas Utilizadas para a Construção, Geração de Rascunho e Homologação das Informações, Principais Classificadores Orçamentários e Contábeis Utilizados.
2. Apresentação dos Mapeamentos dos Demonstrativos que compõem o RREO e RGF (com exceção daqueles já abordados em Módulos Específicos).

Material de Estudo:

Manual de Demonstrativos Fiscais (14ª ed.), com foco nos seguintes anexos: Mapeamentos – Parte III – RREO e Mapeamentos – Parte IV – RGF. [Manual de Demonstrativos Fiscais \(MDF\) — Tesouro Nacional](#).

Módulo 16 – Despesa com Pessoal – 4h.**Conteúdo:**

1. Demonstrativo da Despesa de Pessoal: Conceito de Despesa com Pessoal, Despesas Deduzidas; Alterações Promovidas pela LC nº 178/2021 e Legislações Posteriores; Instruções de Preenchimento, incluindo Análise do Mapeamento.

Material de Estudo:

Manual de Demonstrativos Fiscais (14ª ed.). [Manual de Demonstrativos Fiscais \(MDF\) — Tesouro Nacional](#).

Módulo 17 – Dívida Pública e Resultados Fiscais – 4h.**Conteúdo:**

1. Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal;
2. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.

Material de Estudo:

Manual de Demonstrativos Fiscais (14ª ed.). [Manual de Demonstrativos Fiscais \(MDF\) — Tesouro Nacional](#)

Módulo 18 – Saúde - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS - Partes I e II – 8h.**Conteúdo:**

1. Introdução - A história da Arte do SIOPS;
2. O Sistema Siops – O que é o SIOPS
3. Conceitos e Funcionalidades (Acompanhamento e Monitoramento)
4. Objetivos do Sistema;
5. Características;
6. Linha do Tempo;
7. Prazos de Homologação;
8. Entendendo o percentual mínimo em Saúde (União, Estados, Distrito Federal e Municípios);
9. Interoperação com o Banco do Brasil SIOPS e CAUC;
10. Despesas consideradas como Ações e Serviços Públicos em Saúde – ASPS;
11. Despesas Não consideradas como Ações e Serviços Públicos em Saúde – ASPS;
12. Penalidades Impostas pela LC 141/2012 - (Condicionamento e Suspensão);
13. Módulo de Monitoramento de Transferências Constitucionais – MMTC;
14. Módulo de Controle Externo – MCE;
15. Indicadores Estaduais e Municipais;
16. Páginas do Sistema (Demonstrativos; Dados Informados; Consultas, etc.);

17. Conhecendo o Preenchimento do Sistema;
18. Receitas Totais;
19. Despesas Orçamentárias (Fonte, Subfunção e Categoria; Restos a Pagar etc.);
20. Consórcio de Contrato de Rateio;
21. Contabilização e Classificação de Despesas relativas as transferências para o Terceiro Setor – OSs, OCIP;
22. Avisos e Críticas do Sistema;
23. Anexo 12 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária- RREO da Saúde;
24. Gasto Público em Ações e Serviços Públicos de Saúde em Percentual do PIB – 2002 a 2025 – União, Estados e Municípios;
25. Investimento Público Comparado com outros Países;
26. Investimento Público e Privado em Saúde em Outros Países;
27. Monitora SUS – App do SIOPS.

Material de Estudo:

Manual de Demonstrativos Fiscais (14ª ed.). [Manual de Demonstrativos Fiscais \(MDF\) — Tesouro Nacional](#)

Módulo 19 – SICONFI e a Matriz de Saldos Contábeis – MSC – 4h.

Conteúdo:

1. Siconfi:
 - a. Informações recebidas no Siconfi;
 - b. Base Legal do Siconfi;
 - c. Itens do CAUC atualizados pelo Siconfi.
2. Matriz de Saldos Contábeis – MSC:
 - a. Base Legal da MSC;
 - b. Leiaute da MSC;
 - c. Informações que compõem a MSC;
 - d. MSC Agregada x MSC de Encerramento;
 - e. Siafic.

Material de Estudo:

Documento sobre a MSC, disponível no *site* do Siconfi.

Módulo 20 – *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal e Utilização de Dados do Siconfi – 4h.

Conteúdo:

1. Origem dos Dados;
2. Qualidade dos dados;
3. *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi;
4. API de Dados Abertos no Siconfi;
5. Finbra e demais Consultas do Siconfi.

Material de Estudo:

Metodologia disponível na página do *Ranking*; e documentação, no sítio do Siconfi.

Módulo 21 – CAUC – Facilitando a Celebração de Convênios – 4h.

Conteúdo:

1. Transferências discricionárias da União e sua classificação;
2. Normas relacionadas às transferências discricionárias;
3. Requisitos fiscais para a celebração de convênios e contratos de repasse;
4. Principais funcionalidades do CAUC; e
5. Últimas novidades do CAUC e o que vem por aí!

Material de Estudo:

Norma do CAUC: [INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF Nº 8, DE 29 DE JANEIRO DE 2025 — Transferegov.br](https://www.transferegov.br/instrucao-normativa-stn-mf-no-8-de-29-de-janeiro-de-2025)

Acesso ao sistema pelo link: <http://Siconfi.tesouro.gov.br/cauc>.

Módulo 24 – Transferências Discricionárias da União – Normas e informações Gerais – 4h.

Conteúdo:

1. Transferências Discricionárias da União – Normas e Informações Gerais; e
2. Transferências Especiais - Observações Gerais.

Material de Estudo:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm

[https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/decretos/decreto-no- 11-271-de-5-de-dezembro-de-2022](https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/decretos/decreto-no-11-271-de-5-de-dezembro-de-2022)

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-no-424-de-30-de-dezembro-de-2016>

Módulo 25 – Sistema de Custos do Governo Federal – 4h.

Conteúdo:

1. Contextualização da Contabilidade de Custos no Setor Público e Reflexões sobre a sua Aplicação;
2. Apresentação de aspectos metodológicos e sistêmicos da implantação de Sistemas de Custos, Com Base na Nova Norma de Custos (NBC TSP 34);
3. Apresentação de Casos de Organizações Públicas, com Destaque às Boas Práticas; e às armadilhas a serem Evitadas na Implantação de Sistemas de Custos.

Material de Estudo:

NBC TSP 34 - Custos no Setor Público.

Módulo 26 – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE – Parte I e II – 8h.

Conteúdo:

1. O Sistema SIOPE;
 - a. Conceitos Aplicados às Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino MDE;

2. Elaboração do Demonstrativo de Despesas com MDE – Anexo 8 do RREO;
3. Demais Relatórios do SIOPE.

Material de Estudo: – sem informação

Módulo 27 – Execução Orçamentária e Financeira – 4h.

Conteúdo:

1. Fluxo de Gestão Orçamentária e Financeira;
2. Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA;
3. Execução da Receita Orçamentária;
4. Execução da Despesa Orçamentária;
5. Procedimentos de Controle.

Material de Estudo:

STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. **Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO.**
sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045
Notas Técnicas e Portarias publicadas pela STN e SOF.

Módulo 28 – Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – 4h.

Conteúdo:

1. Relatórios Contábeis de Propósito Geral – RCPG;
2. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP;
3. Estrutura e Conteúdo;
4. Técnicas e Indicadores para análise;
5. Demonstração das Variações Patrimoniais;
6. Balanço Patrimonial;
7. Demonstração do Fluxo de Caixa;
8. Balanço Orçamentário;
9. Notas Explicativas.

Material de Estudo:

STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. Parte V- Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 2023 12 22 — Tesouro Transparente;
sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Instrução de Procedimentos Contábeis -STN;

Assaf Neto, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. (2020). (12a ed). São Paulo, SP: Editora Atlas.

Módulo 29 – EFD – Reinf com foco nas Retenções da IN RFB nº 1234/2012 – 4h.

Conteúdo:

1. Aspectos Introdutórios: Conceitos Básicos da EFD – Reinf, Obrigatoriedade do

Envio, Procedimentos para o Envio.

2. Transmissão: Eventos Relativos ao INSS, Informações a Serem Enviadas, Exemplos Práticos, DCTFWeb e GFIP.
3. Transmissão: Eventos Relativos ao IR com ênfase na IN RFB nº 1.234/2012, Informações a serem enviadas, Exemplos Práticos, DCTFWeb e DIRF.

Material de Estudo:

Manual de orientação dos usuários da EFD – Reinf, IN RFB nº 1.234/2012.

Módulo 30 – Investimentos Permanentes – 4h.

Conteúdo:

1. Definições;
2. Procedimentos: Particularidades da Legislação;
3. Consolidação: Regras Gerais;
4. Reflexos Fiscais (ex. alienação de ativos); e
5. Práticas de Auditoria Financeira.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª

Edição. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 31 – Receitas Orçamentárias e Patrimoniais – 4h.

Conteúdo:

1. Receita orçamentária: principais critérios aplicáveis (Lei Federal 4.320/64, MCASP 11ª ed., Portarias Interministeriais SOF/STN e alterações);
2. Ementário da Receita Orçamentária; conceito; registro orçamentário em transações sem fluxo de caixa; etapas e momento do registro; classificação; lançamentos contábeis; fontes/destinações de recursos;
3. Receitas de transações sem e com contraprestação: o que são; principais critérios aplicáveis (NBC TSP 01 e 02; MCASP 11ª ed.); reconhecimento, mensuração e evidenciação; lançamentos contábeis;
4. Receitas com e sem obrigação de conformidade: o que são, principais critérios aplicáveis (IPSAS 47); reconhecimento, mensuração e evidenciação.

Material de Estudo:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª

Edição. sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045

Módulo 32 – Planejamento e Orçamento Público: PPA, LDO, LOA, Emendas Parlamentares em conformidade com o TCE – 4h.

Conteúdo:

1. Plano Plurianual (PPA);
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
3. Lei Orçamentária Anual (LOA);
4. Receita Pública;
5. Despesa Pública;
6. Emendas Parlamentares em conformidade com TCE.

Material de Estudo:

Manual de Demonstrativos Fiscais.

Módulo 33 – Aspectos relevantes sobre a contabilização da carteira de investimentos do RPPS – 4h.

Conteúdo:

1. Aspectos Contábeis Relevantes dos Investimentos do RPPS:
 - a. Distinção entre a classificação patrimonial de Equivalentes de Caixa e Investimentos Temporários do RPPS;
 - b. Mensuração contábil dos Ativos financeiros mantidos na carteira de investimentos do RPPS: valor justo por meio do resultado (marcação a mercado) e custo amortizado (curva dos juros);
 - c. Segregação entre Investimentos Temporários do RPPS de curto prazo e longo prazo (ativo circulante e não circulante).
2. Exemplos Práticos de Contabilização dos investimentos do RPPS:
 - a. Exemplo prático de contabilização de aquisição, mensuração a valor justo (marcação a mercado) e resgate de Investimentos Temporários do RPPS;
 - b. Exemplo prático de contabilização de aquisição, mensuração ao custo amortizado (marcação na curva dos juros) e resgate de Investimentos Temporários do RPPS;
3. Teste de Recuperabilidade da carteira de investimentos do RPPS:
 - a. Reconhecimento de ajuste de perda esperada de ativos financeiros do RPPS mensurados ao custo amortizado e redução ao valor recuperável de investimentos mensurados a valor justo no resultado (excepcional).
4. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, aspectos relevantes dos investimentos do RPPS:
 - a. Exigência normativa acerca da divulgação das informações relevantes acerca da carteira de investimentos do RPPS em notas explicativas.

Material de Estudo:

Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC nº 14, edição revisada em 2022, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em consonância com os critérios definidos na 11ª edição do MCASP, de observância obrigatória pelos entes federativos a partir do exercício de 2025, bem como nas normas regulatórias previdenciárias, em especial a Portaria MTP nº 1.467/2022.

Módulo 34 – Contabilização das medidas de equacionamento de déficit atuarial – 4h.

Conteúdo:

1. Aspectos Gerais:
 - a. Segregação do Patrimônio do RPPS em relação ao ente instituidor;
 - b. Necessidade de Consolidação das Demonstrações Contábeis do RPPS no ente instituidor;
 - c. Equilíbrio Financeiro e Atuarial e Caráter Contributivo;
 - d. Regimes Financeiros: Repartição e Capitalização;
 - e. Equacionamento de Déficit Atuarial (alíquotas, aportes e vinculação de

ativos do ente por lei ao RPPS).

2. Exemplos Práticos de Contabilização:

- a. Exemplo prático de contabilização da cobertura de insuficiência financeira (Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização), no RPPS e no ente;
- b. Ativos de natureza financeira-atuarial, decorrentes da implementação, em lei, do equacionamento de déficit atuarial do RPPS, e passivos no ente instituidor;

3. Exemplo prático de contabilização de plano de amortização de déficit atuarial, a partir de um exemplo hipotético.

Material de Estudo:

Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC nº 14, edição revisada em 2022, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em consonância com os critérios definidos na 11ª edição do MCASP, de observância obrigatória pelos entes federativos a partir do exercício de 2025, bem como nas normas regulatórias previdenciárias, em especial a Portaria MTP nº 1.467/2022, com abordagens contábeis voltadas aos RPPS e ao ente federativo instituidor.

Módulo 35 – Análise de Capacidade de Pagamento – CAPAG – 4h.

Conteúdo: será apresentada a metodologia de cálculo da capacidade de pagamento.

1. Introdução;
2. Indicadores que compõem a nota de Capag;
3. Procedimentos adotados no cálculo da Capag;
4. Fontes de informações utilizadas no cálculo;
5. Funcionalidades relativas à Capag no Módulo Análise Fiscal do Siconfi.

Material de Estudo:

Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-normativa-mf-n-1.583-de-13-de-dezembro-de-2023-530597625>

Módulo 36 – Licitações e Contratos – 4h.

Conteúdo:

1. Panorama Atual do Controle das Contratações Públicas;
2. Planejamento da Contratação;
3. Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade;
4. Julgamento, Execução e Fiscalização Contratual;
5. Jurisprudência e Casos Práticos.

Material de Estudo:

Lei nº 14.133/2021.

Módulo 37 – Novo Modelo de Prestação de Contas de Gestão Municipal da IN nº 01/2025– 4h.

Conteúdo:

1. Unidades Jurisdicionadas Abrangidas: Secretarias Municipais, Câmaras Municipais, Fundações Públicas, Consórcios Públicos, Fundos Especiais de Natureza Contábil,

- Empresas Estatais e Institutos de Previdência (RPPS).
2. Trilha Normativa do Tribunal;
 3. IN 01/2025: O mapa e a matriz das informações obrigatórias.
 4. Portaria 51/2026: Organização e estruturação dos autos de prestação de contas.
 5. Portaria 253/2026: Padronização do Relatório de Gestão e do Relatório do Controle Interno.
 6. Portaria 615/2026: O padrão técnico XML e a recepção de dados legíveis por máquina.
 7. Novo Modelo de Prestação de Contas de Gestão: IN nº 01/2025.

Material de Estudo:

IN 01/2025: O mapa e a matriz das informações obrigatórias.

Portaria 51/2026: Organização e estruturação dos autos de prestação de contas.

Portaria 253/2026: Padronização do Relatório de Gestão e do Relatório do Controle Interno.

Portaria 615/2026: O padrão técnico XML e a recepção de dados legíveis por máquina.

Módulo 38 – Controle Interno – Aspectos Práticos– 4h.

Conteúdo:

1. Fundamentos e papel do controle interno;
2. Controle interno no processo licitatório;
3. Controle interno da gestão dos contratos;
4. Controle interno da gestão orçamentária e financeira;
5. Controle interno da gestão patrimonial.

Material de Estudo: sem informação.

Módulo 39 - Tópicos Contemporâneos de Planejamento Governamental – 4h.

Conteúdo: discussão prática e aplicada sobre os Instrumentos de Planejamento em vigor no Brasil.

1. Relacionamento entre os Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA;
2. Planejamento Fiscal, por resultados, orçamentário;
3. Discussão sobre a Elaboração dos Planos (Fluxos e Conteúdo Legal Mínimo);
4. Discutindo Fontes de Informação;
5. Monitoramento e Acompanhamento; Alterações dos Instrumentos; e
6. Tópicos Específicos - Fiscalização Externa e Controle; Participação Social; Boas Práticas e Pontos de Atenção.

Material de Estudo:

- STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª. Edição. Brasília: STN, 2021. Disponível: sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045
- Ministério do Planejamento e Orçamento. Manual Técnico do Orçamento. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php>.

Bibliografia Complementar

- GIACOMONI, James. Orçamento Público, 18ª edição. São Paulo: Grupo Gen Atlas, 2021.
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição. São Paulo: Grupo Gen Atlas, 2016.
- TCESP. Manual de Planejamento Público. Disponível em:
<https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-planejamento-publico>.